

05 de março de 2009

Ilma. Sra. Pamela Cox  
Vice Presidente do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe  
Banco Mundial  
Washington, DC, Estados Unidos da América

Com cópia para:

Sr. Makhtar Diop, Diretor, Banco Mundial no Brasil  
Diretores Executivos, Banco Mundial  
Sr. Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente  
Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro do Planejamento  
Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda  
Sra. Dilma Rousseff, Casa Civil  
Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES

Prezada Sra. Cox,

Subscrevemos-lhe para manifestar nossa preocupação sobre o empréstimo que está sendo concedido pelo Banco Mundial ao governo brasileiro, denominado “*Programmatic Environmental Sustainability Development Policy Loan Project (P095205)*”, tanto em relação ao montante quanto ao seu conteúdo e destinação. Em sua primeira fase, este empréstimo seria de US\$ 1,3 bilhão, a ser ampliado em uma segunda fase para um total de US\$ 2 bilhões.

Durante a última década, o Banco Mundial outorgou ao governo brasileiro uma série de empréstimos de “assessoria técnica” (*Environmental Sustainability Agenda Technical Assistance Project 7331-BR; Regulatory Power Sector Technical Assistance BRPE76977; Energy Sector Technical Assistance 4708-BR*), além de empréstimos para “reforma de políticas” (*Energy Sector Reform Loan 7120-BR – US\$ 454 milhões*).

Estes empréstimos tiveram entre os seus objetivos o “*mainstreaming*” de considerações sócio-ambientais em diversos setores do governo, inclusive o Ministério de Minas e Energia (MME). Infelizmente, este objetivo nunca foi cumprido.

Um exemplo ilustrativo do fracasso destes empréstimos em cumprir os objetivos divulgados é a falta de integração efetiva de assuntos sociais e ambientais no planejamento energético do País. As Avaliações Ambientais Estratégicas (AAE) que o MME e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) fariam como condição do empréstimo “*First Programmatic Reform Loan for Environmental Sustainability*” (7256-BR, US\$ 502,52 bilhões) nunca foram realizadas, sendo rejeitadas unilateralmente pelo MME em favor de “avaliações integradas” em algumas Bacias Hidrográficas. Estes estudos não contribuem substancialmente à determinação de políticas para manejo da Bacia e às alternativas sociais e ambientais sustentáveis aos projetos de construção de hidrelétricas.

O Plano Decenal de Energia (PDE) - 2008-2017 é outro exemplo do descaso do MME na incorporação de considerações sociais e ambientais no planejamento energético. O Plano foi construído nos gabinetes governamentais e consultou somente as empresas do setor de energia. Claramente, o PDE dá prioridade à construção de 71 grandes hidrelétricas, com a expulsão involuntária de mais de 100.000 cidadãos brasileiros e a inundação de reservas indígenas e unidades de conserva o. O Plano promove a constru o de termoeletricas altamente poluentes    leo, carvão mineral e gás, prevendo um aumento de 172% no volume de emissões de gases do efeito estufa no setor elétrico, que passaria dos atuais 14,4 milhões de toneladas por ano para cerca de 39,3 milhões de toneladas em 2017.

Além disso, o PDE prioriza a expansão dos projetos de agro-combustíveis, o que implicaria na expansão do cultivo de cana-de-a u ar em 7,5 milhões de hectares. As proje es de crescimento exponencial de demanda de energia são irrealistas, especialmente no contexto da atual crise econ mica mundial, e não incorporam esforços coerentes de enfrentamento das mudanças climática. Medidas de eficiência energética recomendadas como prioridade em relatórios do Banco Mundial (Taylor et al. *“Financing Energy Efficiency”*) e a diversifica o de fontes alternativas de energia são relegadas ao futuro, assumindo um papel secundário, com a alega o de serem “caras” para o consumidor.

Além de todas as desastrosas consequências sociais e ambientais dos projetos de infraestrutura que vêm sendo insistentemente realizados no Brasil, e que constantemente são denunciados pelas popula es impactadas, preocupa-nos a falta de transparência em rela o ao uso dos recursos emprestados para a execu o destas obras. Dentro deste contexto, discutir um novo empréstimo pressupõe que, no mínimo, uma consulta pública prévia seja realizada no processo de planejamento. Do contrário, corre-se o risco de alimentar estruturas e processos viciados, ineficientes e pouco efetivos.

Nos preocupam também os fortes indícios de que o novo empréstimo será destinado a garantir capital para o financiamento de grandes projetos de infra-estrutura, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econ mico e Social (BNDES). Os empréstimos anunciados recentemente pelo BNDES incluem as hidrelétricas Santo Ant nio e Jirau, no Rio Madeira, na Amazônia brasileira, para os quais este Banco já assumiu compromissos de desembolsar mais de US\$ 6 bilhões. Estes projetos representam um atentado contra a sustentabilidade: promovem a destrui o da diversidade biológica; têm significativo impacto sócio-cultural em popula es ribeirinhas, indígenas, quilombolas, dentre outros povos tradicionais; e podem trazer prejuízos econ micos ao Banco e aos fundos de trabalhadores que opera. Estes, como outros empreendimentos financiados pelo BNDES, colocam em risco os objetivos e compromissos assumidos pelo País internacionalmente, e internamente, no marco das políticas e a es relacionadas com as causas e efeitos do aquecimento global.

Assim, pelas razões acima apresentadas, acreditamos que seria um erro a aprova o deste empréstimo. Por isso, reivindicamos que o Banco Mundial postergue a decisão sobre o mesmo até que ele seja submetido a uma ampla consulta com a sociedade brasileira.

Atenciosamente,

Amigos da Terra Amazônia Brasileira

Attac-Brasil

Bank Information Center

International Rivers

Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc)

Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs)

Jubileu Sul Brasil

Núcleo Amigos da Terra Brasil

Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (Ninja)

Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais